

As boas intenções presidenciais

Villas-Bôas Corrêa

As anunciadas disposições do presidente José Sarney para as eleições municipais deste ano e do ano que vem, na sua sucessão, são irretocáveis: a torcida para dentro, na confissão das inevitáveis preferências do coração mas preservando o governo na postura conveniente e esperada da mais absoluta neutralidade.

Reconhece o presidente que não tem porque meter o bedelho numa campanha municipal que não envolve diretamente o governo e ante um quadro de dificuldades econômicas que atraem a impopularidade e, portanto, o horror de candidatos. A companhia do governo não é conveniente nos comícios e nem nos cartazes que vão emporcalhar os muros, postes e todos os espaços disponíveis. Para não se expor a uma rejeição humilhante, o melhor mesmo que o presidente tem a fazer é guardar a compostura da isenção.

Não é só isto. O governo, com o esfacelamento dos partidos, construiu a sua bancada de apoio, mutável como as nuvens. A cada votação ela se encolhe ou incha a partir de um núcleo central confiável, com as adesões negociadas no balcão dos interesses. Ora, fica difícil identificar na geléia partidária os que merecem de fato o afeto presidencial e os que apenas buscavam na aproximação com governo, o agasalho das circunstâncias.

Reconhece ainda o presidente, numa tirada bem-humorada, que governo, em campanha, purga o fadário de padecer na boca dos candidatos. Desancar o governo é o mais apetitoso dos temas para os discursos inflamados dos comícios ou para as duras catilinárias nos horários de propaganda gratuita nas redes de rádio e televisão. Não parece justo privar os amigos de tão significativa vantagem, reservando-a para privilégio dos adversários...

Essas as saudáveis, lúcidas, corretas intenções do presidente Sarney para este ano, na eleição municipal que está aí à vista. Para a sua sucessão, em 89, na conta do mandato de cinco anos, não diferem muito. Salvo os retoques das justificativas federais.

Ora, de boas intenções o diabo vem assoalhando o inferno. O que o presidente põe, a andadura da campanha pode dispor diferente.

Que o governo não tem nada que se intrometer onde não é chamado e nem bem-vindo não há a menor dúvida.

Mas o esquema vale apenas para o começo embolado da campanha e olhe lá. Com a desarrumação partidária, o excesso adoidado de candidatos, só um presidente insensato cometeria a tolice de se envolver em tricas municipais que apartam os seus aliados eventuais no velho e odioso confronto nas bases. O que convém é mesmo cruzar os braços e dissimular simpatias.



A receita é perfeita para princípio de conversa, enquanto o eleitorado não desnuda as suas inclinações nas pesquisas sigilosas, armadas pelos bisbilhoteiros órgãos de informação do sistema. Uma vez definida a polarização, a postura do governo começará a balançar. Depende muito. Nos municípios, na escala de importância, o feito de cada polarização instigará o governo a manter a atitude de distanciamento ou a ajudar o candidato viável, da sua simpatia com o empurrãozinho decisivo. Imagine-se, por exemplo, que lá para outubro, primeiros dias de novembro, na reta final da campanha no Rio o candidato brizolista apareça nas pesquisas brigando, ali, cabeça com cabeça, com um outro candidato, qualquer que ele seja mas que, pelas necessidades compulsórias do confronto, assuma o antibrizolismo. Quem acredita que o presidente Sarney possa se conservar indiferente? Ele e todo o seu governo. O que se pode questionar é o tipo de participação adequada, devidamente recoberta de todas as cautelas para ajudar e não prejudicar o candidato que possa impedir uma vitória fundamental do brizolismo para engordar o cacife do chefe na eleição presidencial um ano depois.

Sarney não está sendo insincero e nem a sua declaração é destituída de importância. A determinação de não jogar o governo, a máquina administrativa na campanha é altamente saudável, moralizadora. Difícil será sustentá-la nos solavancos da campanha, ante a pressão dos interesses aguçados pela véspera da disputa do poder federal.

Por falar nisso, para 89 mesmo é que a imparcialidade do governo não passará pelo funil do modelo de eleição presidencial com exigência de maioria absoluta e, portanto, com a quase certeza do segundo turno.

No primeiro turno, tudo bem. É a repetição do começo de campanha municipal deste ano, devidamente ampliado. Inflação de candidatos, cada legenda carregando a ambição que ganhar a sigla na luta interna da Convenção ou no leilão dos muitos partidecos que estão brotando como cogumelos nos cantos sombrios e úmidos, só para o registro de pretensões abonadas.

Classificados os dois candidatos que irão disputar o segundo turno para valer, o governo não terá como isolar-se. Porque um dos candidatos será mais antigovernista do que o outro. E o país estará passionalizado na escalada emocionante de uma decisão que não deixará espaços à indiferença. Quanto mais a do governo, do presidente, personagem obrigatória da campanha, seu ponto fundamental de referência.

O presidente e seu governo serão envolvidos pelo turbilhão da campanha radicalizada, feroz e breve, a decidir-se em poucos dias, duas, três semanas, no máximo.

Sarney faz bem em anunciar imparcialidade, isenção, distanciamento. Preserva-se, segura um pouco o envolvimento da burocracia, viciada na mobilização em favor dos candidatos oficiais. Mas das boas intenções à realidade da campanha, vai a distância que separa o paraíso dos preços congelados do cruzado ao inferno da inflação que engole salários e enlouquece preços.